

Prefácio

Normas devidamente desenhadas e implementadas são poderosas ferramentas que melhoram o desempenho econômico e o bem-estar da sociedade. Um marco regulatório forte e sólido pode mitigar ameaças à saúde, à segurança e ao meio ambiente, além de endereçar as imperfeições do mercado. Seus benefícios estendem-se por toda a economia, promovendo o crescimento econômico. Um marco regulatório que facilite a concorrência, por exemplo, pode estimular a produtividade, incentivando a alocação eficiente de recursos e promovendo a inovação. Por sua vez, essas medidas podem reduzir os preços para os consumidores, estimular a criação de empregos e proporcionar melhorias no padrão de vida.

A *revisão sobre a Reforma Regulatória no Brasil* identifica áreas de reforma para tornar a regulação e os arranjos institucionais do país mais alinhados com as melhores práticas internacionais. A análise é realizada por meio de duas “lentes”: os indicadores de Regulação do Mercado de Produtos (PMR) da OCDE e os instrumentos da OCDE sobre reforma e gestão regulatória, incluindo a *Recomendação do Conselho da OCDE sobre Política Regulatória e Governança* de 2012.

Esta *Revisão* analisa uma série de mercados de produtos, serviços e indústrias de rede, com base nos resultados do indicador de PMR, e se concentra nas áreas de reforma que são mais críticas para o Brasil. Essas áreas incluem a governança das empresas estatais, a interação entre formuladores de políticas e grupos de interesse, setores de rede e serviços profissionais. Na área de governança regulatória, esta *Revisão* avalia os esforços do Brasil para melhorar a qualidade regulatória, inclusive criando instituições de supervisão, bem como desenvolvendo e adotando ferramentas eficazes de gestão regulatória, tais como avaliação do impacto regulatório, participação social e avaliação *ex post* dos atos normativos.

Esta *Revisão* traz insights e recomendações para ajudar o Brasil a fortalecer suas políticas e instituições para melhorar a regulação e ampliar o uso de ferramentas de gestão regulatória. Esta *Revisão* também leva em consideração a estrutura federativa brasileira e os desafios que essa estrutura cria para a adoção de políticas regulatórias por parte dos estados e municípios.

Ao se concentrar tanto no “o quê” quanto no “como” da regulação, a análise e as evidências relatadas na presente *Revisão* podem fomentar as discussões entre os formuladores de políticas e a sociedade brasileira de forma mais ampla sobre como a reforma regulatória pode melhorar o desempenho econômico e o bem-estar social.



From:
Regulatory Reform in Brazil

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/d81c15d7-en>

Please cite this chapter as:

OECD (2022), "Prefácio", in *Regulatory Reform in Brazil*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/36dcabbf-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document, as well as any data and map included herein, are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area. Extracts from publications may be subject to additional disclaimers, which are set out in the complete version of the publication, available at the link provided.

The use of this work, whether digital or print, is governed by the Terms and Conditions to be found at <http://www.oecd.org/termsandconditions>.